Tensões na formação profissional da CUT e na disputa dos fundos públicos

Eliane Arenas Mora
Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense

Este texto é uma tentativa de compreensão da articulação de duas diferentes políticas que surgiram em tempos muito próximos no interior da CUT e, em particular, no campo da formação sindical. São elas: a política de formação profissional e a disputa dos fundos públicos para a formação sindical.

Em outro trabalho[1] procurei fazer uma análise crítica das políticas da Secretaria Nacional de Formação (SNF) da CUT voltadas para a formação dos dirigentes sindicais, estabelecendo uma dupla relação – primeiro, a relação entre as políticas gerais da CUT frente à conjuntura e, concomitantemente, a relação entre essas políticas gerais e as políticas da SNF. De forma muito sintética, (mesmo correndo o risco de simplificações extremas, porém apenas para uma brevíssima localização), podemos dizer que, desde sua fundação em 1983 até 1993-1994, as políticas da SNF estiveram destinadas à formação de *dirigentes sindicais*, expressando as disputas de projetos estratégicos para a sociedade no interior da CUT, que se refletiam em alterações de cunho organizativo, de conteúdos (por meio da seleção ou supressão de temas), ou de prioridades. Entretanto, sempre estiveram a serviço da formação dos *dirigentes sindicais.* Neste trabalho, vamos começar localizando o momento em que a SNF da CUT começa a desenvolver atividades dirigidas para a formação profissional dos trabalhadores, além das atividades de formação sindical que já realizava.

Embora vários sindicatos filiados à CUT se dedicassem à formação profissional, herança da estrutura assistencialista do sindicalismo oficial (razão pela qual a atividade foi sempre questionada e rejeitada no interior da central), esta não desenvolveu diretamente este tipo de atividade até 1996. No entanto, esta questão era discutida com o objetivo de elaborar propostas de formação profissional, juntamente com uma política de intervenção junto às instituições (privadas ou estatais) que a realizam.

1 Eliane Arenas Mora, *A disputa de projetos e as políticas para formação de dirigentes da CUT,* Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

As votações sobre o tema da formação profissional no 5º Congresso Nacional da CUT (Concut), realizado em maio de 1994 em São Paulo, refletem a posição acima referida, embora este tema vá ganhando cada vez mais destaque nas discussões.

Apenas para reavivar a memória, elenco alguns fatos importantes da conjuntura daquele ano: o Plano Real preparando a eleição presidencial, na qual Lula foi derrotado por Fernando Henrique Cardoso no segundo turno, CPI da corrupção (anões do orçamento), fim do processo de revisão constitucional, recessão, aumento do índice de desemprego...

O Plano de Ação aprovado no 5º Concut incluía um plano de luta imediato com o eixo na "questão do emprego-salário-cidadania para combater a fome e a miséria"[2], sendo a "questão do emprego a prioridade do ano de 1994"[3], entre outras diretrizes para combate ao desemprego encontra-se a de "Políticas de formação profissional adequadas às novas exigências do mercado de trabalho e com participação da representação sindical"[4] . O capítulo dedicado à formação profissional do documento de resoluções daquele Congresso explicita que esta deve "estar submetida ao controle direto do Estado e que os trabalhadores devem intervir nesse processo, participando, através de suas organizações, da definição, da gestão, do acompanhamento e da avaliação das políticas e dos programas de formação". Assim, "a CUT deve reivindicar a sua participação, nos termos da resolução da OIT que prevê a gestão tripartite (trabalhadores, empresários e Estado), na gestão de fundos públicos e nas agências (incluídos Senai, Senac, Sesi, Senar) e programas de formação profissional de alcance municipal, estadual, nacional e internacional"[5]

Embora a resolução aprovada no 5º Concut deixasse claro a intenção de dirigir as demandas de formação profissional para o Estado e de controlar as políticas com esse fim por meio de organismos tripartites, no ano seguinte, 1995, a 7ª Plenária Nacional decidiu implementar a política de formação profissional da CUT na estrutura da central (escolas de formação, estrutura vertical, etc). Entre as resoluções dessa plenária encontra-se o texto intitulado *Formação Profissional*, em cujo item "Propostas relativas à organização dos cursos de formação e reciclagem profissional (Convênios com o Sine, utilizando recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT)" reconhece na existência de cerca de oito milhões de desempregados, além de milhões de marginalizados no setor informal, a razão pela qual a CUT "tem defendido que o atendimento aos desempregados deve estar na base de qualquer política de emprego, e não

2 CUT. *Resoluções do 5º Concut*, 1994.

3 *Idem.*

4 *Idem.*

5 *Idem*, pp. 52-53.

deve estar restrito ao pagamento do benefício do seguro-desemprego, mas obrigatoriamente deve incluir a requalificação profissional e a intermediação de empregos, permitindo ao trabalhador desempregado voltar a trabalhar de forma digna". Assim, a requalificação profissional, de acordo com o documento, passa "a ser um serviço de fundamental importância no quadro atual, em particular para os atingidos por desemprego decorrente de alguma modernização tecnológica". Prossegue afirmando que, como "no âmbito do Sine não há escolas próprias para esses cursos, sendo necessário contratar as escolas de terceiros para tal. Aqui reside um grande problema, pois as agências da rede Senai, Senac, Senar e Senat podem ser dispensadas de licitação por 'notória especialização'. Consideramos que essas agências já recebem recursos arrecadados pela previdência social, não se devendo remunerá-las duplamente".[6]

Partindo dessa avaliação, a central passa a orientar suas instâncias a não aceitar a dispensa de licitação em qualquer hipótese, ao mesmo tempo que se credencia para a disputa dos recursos do FAT para a formação profissional. E passa também a fazer algumas "recomendações sobre o que devem os sindicatos fazer para implantar cursos de reciclagem profissional", além de orientar a organização "através da Secretaria de Políticas Sociais, Secretaria de Formação e Secretaria de Política Sindical, um plano de trabalho para implementar a política de formação profissional da CUT na estrutura da Central (escolas de formação, estrutura vertical, etc)"[7]. Neste mesmo ano a SNF da CUT realiza um seminário sobre formação profissional, a partir do nucleo temático "Educação do Trabalhador" sob a coordenação da Escola Sindical São Paulo.

No 12º Encontro Nacional de Formadores da CUT (Enafor), realizado em Florianópolis em novembro de 1997, a questão da formação profissional tomou o centro dos debates, expresso na disputa entre as diferentes visões sobre o tema: a central deveria ou não realizar aquelas atividades?

Entretanto, no segundo semestre daquele mesmo ano, 1997, a CUT já havia firmado um convênio para formação profissional. Inspirada no Projeto Integrar desenvolvido pela Confederação Nacional Metalúrgica (CNM) da CUT (que associa formação profissional e certificação de 1º grau), a partir de 1998, a CUT começa a implementar dois projetos denominados "Projeto Integral" cujo objetivo foi formar mil formadores para Formação Profissional e dois mil conselheiros para as Comissões Estaduais e Municipais de Emprego. Este convênio obteve cerca de R$ 3 milhões de recursos provenientes do FAT.

Em outubro de 1999, foi publicado o sétimo número da revista *Forma e Conteúdo*[8], com o objetivo de preparar as discussões para a 1ª Conferência

6 CUT, *Resoluções da 7ª Plenária*, 1995, pp. 25-26.

7 *Idem,* p. 27.

8 Publicação da Secretaria Nacional de Formação.

Nacional de Formação que se realizou em novembro de 1999 em Belo Horizonte. O artigo intitulado "A formação sindical da CUT – Entre os dilemas de um novo tempo", de autoria de Martinho da Conceição, coordenador da Secretária Nacional de Formação, faz inicialmente, no subtítulo "A construção dos referenciais político-pedagógicos da formação cutista", uma breve avaliação das alterações ocorridas na concepção de formação sindical dos primeiros 14 anos. Outro item do artigo, "As transformações dos anos 1980/1990 — Impactos na ação sindical e seus reflexos na formação", assinala as transformações ocorridas na "economia do capitalismo do final do século XX", salientando as mudanças "radicais em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado",[9] para logo depois analisar brevemente as transformações ocorridas nas duas últimas décadas na economia brasileira, argumentando que "tal processo implicava, também, em mudança de mentalidade do empresariado, no que tange ao processo de gestão da mão-de-obra, à medida que, neste novo momento, para conquistar novos padrões de qualidade e produção, seria preciso flexibilizar as relações contando, agora, com a cooperação dos trabalhadores".[10] A seguir, Conceição vale-se de Matoso[11] para apresentar a visão de "alguns autores" (sic) a respeito do processo de reorientação na organização industrial e as novas relações daí derivadas que "representam mais do que a emergência embrionária de novas relações. Para eles já se verificaria sua crescente generalização e formação de um novo paradigma que, em contraposição ao 'ultrapassado sistema de produção em massa', estaria vendo o nascimento de um novo trabalhador completo, precursor do fim da divisão do trabalho ou uma verdadeira 'revolução nos processos de trabalho'". Como o artigo não apresenta nenhum autor que se contraponha à visão de Mattoso, podemos depreender que Conceição tem acordo com a visão daquele autor.

Cabe perguntar: seria possível "o nascimento de um novo trabalhador completo" sob o capitalismo? É possível se constituir um "trabalhador completo" (homem completo) sendo o trabalho alienado? Que implicações teria esta visão na política nacional de formação da CUT? Ainda nesse item do artigo, o autor aponta que o trabalho sindical e suas relações com as políticas de formação tornam-se mais complexas, evidenciando os conflitos internos à CUT quanto às diferentes concepções de política de formação, referindo-se a estas "nas análises que têm surgido nos últimos períodos sobre a Política Nacional de Formação (PNF) da CUT, há muita controvérsia sobre sua identidade em

9 *Forma e Conteúdo*, 1999, p. 8.

10 *Idem.*

11 Jorge Mattoso, *A desordem do trabalho*, São Paulo, Scritta, 1995.

relação ao projeto sindical da central (...) e quanto a sua eficácia nas respostas às demandas imediatas e estratégicas da CUT. Em alguns casos, chega-se a afirmar que tais fatores são fruto de um certo grau de "capitulação" que não é propriamente da formação, que esta estaria sofrendo o reflexo de uma política internacional — as novas estratégias capitalistas e neoliberais."[12], para em seguida reiterar o acordo com a atual política nacional de formação. Por fim, o último item do artigo, "A educação presente na nova fase de consolidação da PNF", avalia as propostas para a educação e formação profissional apresentadas na PNF, relembrando as divergências internas ao redor dessas propostas e faz um chamado à reflexão como tarefa da conferência.

Qualificação, sindicatos e recursos públicos

Partindo do exposto e sem a pretensão de esgotar o tema, queremos destacar três questões para esta discussão: (1) a crença segundo a qual a causa do desemprego é a falta de qualificação profissional; (2) o papel que os sindicatos e a CUT devem ter na formação profissional; e (3) como e por que os sindicatos devem participar da disputa dos recursos públicos

Queremos começar por precisar o que significa um trabalhador qualificado. É um conceito construído ao longo da história do capitalismo que, toma como critério o perfil de trabalhador necessário para colocar em movimento os meios de produção das empresas.

Dessa forma, seria possível supor que um trabalhador qualificado fosse aquele capaz de realizar um trabalho complexo, implicando numa certa formação teórica (capacidade de planejar o seu trabalho e prever o resultado) e prática (habilidade manual para realizá-lo).

Entretanto, sob o capitalismo, com a utilização da ciência no processo produtivo, cada vez mais o trabalho complexo transforma-se em trabalho simples. O desenvolvimento de tarefas complexas que dependia da habilidade manual e intelectual do trabalhador vai sendo substituído por máquinas. Quanto mais complexa a máquina menos habilidade o operário necessita para operá-la, pois esta incorpora uma quantidade cada vez maior de movimentos e decisões que antes eram realizadas pelo operário. É a tendência mais geral do capitalismo, assinalada por Marx, de substituição do trabalho vivo (a força de trabalho humano) pelo trabalho morto (das máquinas).

Esta tendência é determinada pela necessidade de aumentar a produtividade, ou seja, incorporando menos trabalho humano na produção de mercadorias e aumentando o volume da produção é possível torná-las mais baratas e competitivas. Nesse sentido, se num pólo da produção o trabalho torna-se mais complexo – desenvolvimento e criação de novas

12 *Forma e Conteúdo*, 1999, p. 8.

máquinas – no outro pólo, numericamente maior, ele torna-se muito mais simples e mais subsumido ao capital.

Para competir numa economia globalizada, os capitalistas buscam desenvolver máquinas cada vez mais modernas, de alta tecnologia, tarefa reservada aos países centrais. Para a maioria da força de trabalho dos países periféricos, entre os quais o Brasil, está reservada a simples operação das tais máquinas, portanto o trabalho simples.

Sob relações de produção capitalistas, o desenvolvimento de máquinas de alta tecnologia e de novas formas de organização do trabalho, o que ocorre é uma desqualificação da maioria dos trabalhadores, e a substituição do antigo trabalhador qualificado por um novo perfil de trabalhador qualificado, apenas com uma instrução básica, que vai no sentido oposto da qualificação mais geral, ou seja, da qualificação para a realização de tarefas mais complexas. Portanto, uma qualificação profissional cujo objetivo é apenas operar máquinas que desenvolvem, elas sim, tarefas complexas.

De acordo com Braverman[13], "quanto mais a ciência é incorporada ao processo de trabalho, tanto menos o trabalhador compreende o processo; quanto mais um complicado produto intelectual se torne máquina, tanto menos controle e compreensão da máquina tem o trabalhador. Em outras palavras, quanto mais o trabalhador precisa saber a fim de continuar a ser um ser humano no trabalho, menos ele ou ela conhece."

Trabalhando com o critério da economia política de que a força de trabalho é uma mercadoria, mas não uma mercadoria qualquer, pois ela cria valor que é a base na qual se sustenta o sistema capitalista, quando se defende a formação profissional está, simultaneamente, se defendendo uma melhoria nos salários, pois um trabalhador qualificado deveria ganhar mais, como atesta o senso comum. Entretanto, não é isso o que acontece, os salários estão cada vez menores.

Também não é verdade que, no contexto da reestruturação industrial brasileira, exista uma política para a formação profissional, no sentido de uma especialização dos trabalhadores para realização de tarefas complexas. O que existe para o capital instalado no Brasil é uma batalha pela produtividade, que necessita cada vez menos trabalhadores especializados. Haja vista a reforma do ensino técnico. Tão pouco a educação básica cumpre o papel de uma formação do trabalhador para tarefas complexas, ela limita-se cada vez mais a desenvolver "habilidades" básicas de leitura, escrita e operações aritméticas.

Retomemos, agora, a discussão do texto da 7ª Plenária Nacional da CUT: o argumento da CUT segundo o qual "o atendimento aos desem-

13 Harry Braverman, *Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX*, Rio de Janeiro, Guanabara, 1987, p. 360.

pregados (...) obrigatoriamente deve incluir a requalificação profissional e a intermediação de empregos, permitindo ao trabalhador desempregado voltar a trabalhar de forma digna" e, com isso, a formação profissional passando "a ser um serviço de fundamental importância no quadro atual, em particular para os atingidos por desemprego decorrente de alguma modernização tecnológica" revela um alto grau de ilusão de que a fonte do desemprego é a desqualificação profissional e não uma necessidade intrínseca do capital para tentar reverter a queda tendencial da taxa de lucro.

As características do atual modelo neoliberal de acumulação capitalista, associado à reestruturação produtiva no interior das empresas produziram grandes transformações nas relações trabalhistas, na forma de ser da classe trabalhadora e em suas formas de organização. A introdução de novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho no interior das empresas, somadas à opção do governo brasileiro pela recessão econômica para manter a estabilidade da moeda, produziram os mais altos índices de desemprego da história recente do nosso país, que se convencionou chamar de desemprego estrutural (parcelas da classe trabalhadora que não terão a oportunidade de ser exploradas pelo capital). Para essa situação crítica da classe trabalhadora, o governo e a classe dominante lançam uma cortina de fumaça argumentando que o desemprego é fruto da desqualificação dos trabalhadores e, por isso, se faria necessário um amplo programa de qualificação profissional, de modo que cada trabalhador esteja mais preparado para competir por um emprego.

Dessa forma, primeiro o governo tenta responsabilizar o próprio trabalhador por estar desempregado ou com o emprego sob risco. Depois, tenta vender a ilusão de que, com mais qualificação, fica mais fácil garantir emprego. Mentiras óbvias, pois, se assim fosse, nos países centrais não haveria taxas de desemprego tão altas, posto que o nível de escolaridade e qualificação profissional são muito superiores aos dos países periféricos.

Parafraseando Vitor Paro, a crença segundo a qual a requalificação profissional ou a educação são formas eficazes para combater o desemprego implica a ilusão de que estas poderão criar os postos de trabalho fechados pelo capital.

Outro argumento utilizado para justificar positivamente a qualificação profissional que vem sendo desenvolvida pela CUT, através de seus sindicatos, confederações e departamentos, é que o projeto pedagógico desenvolvido tem como produto a recuperação da auto-estima dos trabalhadores beneficiados pelos cursos. Sem dúvida é uma experiência enriquecedora e gratificante a elaboração e a aplicação de um projeto pedagógico que busque resgatar a auto-estima de quem está desempregado. No entanto, este mesmo trabalhador voltará ao "mercado de trabalho" e o

mais provável é que não encontre emprego. Terá novamente que lidar com a situação de frustração. E, como auto-estima e consciência não são processos acumulativos, ele muito provavelmente terá novamente sua auto-estima rebaixada. Só que, desta vez, marcado por uma experiência frustrante de qualificação num sindicato da principal central sindical desse país. O trabalhador em questão pode mesmo chegar a conclusões, também equivocadas, de que, graças às relações que os sindicatos dirigidos pela Força Sindical têm com a patronal, talvez fosse melhor procurar um certificado que tenha o carimbo da outra central.

Quanto a disputa de verbas dos fundos públicos nos parece claro que essas verbas públicas de fato devem ser disputadas. A questão colocada é disputar como e para que? A pressa da CUT e dos seus sindicatos em negociar as verbas para os projetos de "qualificação profissional" tem levado a perda de referência de questões importantes.

A disputa desses recursos, que poderiam servir para publicização dos conflitos entre capital e trabalho, ou como forma de mobilização dos desempregados em torno da liberação de recursos que atendessem aos interesses da classe trabalhadora, estão limitadas a disputas de gabinetes – reuniões de homens de negócios brigando por fatias, ou migalhas, do bolo.

Em 1999, por exemplo, para garantir a liberação, pelo governo de cerca de R$ 16 milhões os representantes da CUT no Codefat concordaram com a liberação de R$ 300 milhões para as entidades patronais, para os governos estaduais e para os sindicatos pelegos. Dito de outra forma, para cada R$ 1 real utilizado para construção de um possível projeto contra-hegemônico, foram liberados aproximadamente R$ 19 para a construção e a consolidação do projeto hegemônico.

No ano passado, os recursos provenientes do FAT para a CUT, de acordo com informe da executiva nacional, foram da ordem de R$ 35 milhões, enquanto que a receita anual da CUT originada das contribuições dos sindicatos é de cerca de R$ 7 a R$ 8 milhões (já incluído o montante referente ao imposto sindical). Embora se negue a realidade, o volume de recursos mobilizados transforma a formação profissional em atividade prioritária da central, já que a atividade passa a ocupar grande parte do tempo e dos esforços militantes para realizá-la.

Ainda que possa não aparecer de forma clara e explícita, existe nesta questão um mecanismo gerador de dependência financeira embutido nesse processo. Entre as resoluções do Congresso de fundação da CUT, encontramos a afirmação, que "toda dependência financeira gera dependência política". Como decorrência dessa afirmação foi proposta uma campanha contra o imposto sindical, porque ele era um dos símbolos do atrelamento dos sindicatos ao Estado. Ao serem financiados pelo imposto recolhido

pelo Estado, os sindicatos deixavam de depender do financiamento direto dos trabalhadores e ficavam dependentes da máquina estatal. É possível estabelecer essa mesma relação para os recursos provenientes do FAT.

Outras questões relativas à utilização dos recursos públicos e ainda pouco discutidas são: (1) Se os recursos do FAT são destinados aos trabalhadores desempregados, por que não disputá-los para aumentar o valor do seguro-desemprego ou o tempo de duração desse benefício, se é que existe algum acordo com relação à panacéia da qualificação profissional? (2) As verbas que chegam aos sindicatos para implementar a qualificação profissional são democraticamente apresentadas para os trabalhadores desempregados que farão os cursos? (3) Os trabalhadores são consultados para definir as prioridades e os salários dos profissionais envolvidos nesses cursos? (4) Não estaria a maior parte desses recursos sendo consumida nos meios (material, profissionais, assessorias, etc.) ao invés de chegar ao destinatário final (trabalhador desempregado)? Essas são questões importantes para uma central como a CUT. Talvez se esteja perdendo uma grande oportunidade para educação de parcelas da classe trabalhadora numa perspectiva de controle público das verbas publicas.

Outro aspecto relevante dessa questão é que, ao se negociar com o governo, via FAT e outros programas do Ministério do Trabalho, a liberação de verbas para os chamados cursos de qualificação profissional, faz-se vista grossa para a destruição que esse mesmo governo promove no ensino técnico do país, por meio da reforma e do corte de verbas destinados a este nível de ensino . Ao assumir para si a tarefa estatal de garantir o direito a qualificação profissional, a CUT não apenas libera o governo dessa responsabilidade, mas também enfraquece a luta em defesa do ensino público e de qualidade. Seria, talvez, mais correto fazer uma forte campanha em defesa do ensino público de qualidade para obrigar o governo repassar essas verbas para as instituições públicas de ensino técnico (escolas técnicas, centro de ensino tecnológico) e, junto com elas, disputar um projeto de qualificação profissional que atendesse aos interesses da classe trabalhadora.

Pensar a solução para o problema de um certo esvaziamento dos sindicatos, fruto da diminuição do número de empregados nas empresas e da ideologia que coloca para o sujeito individual a solução dos problemas, é sem dúvida o grande desafio da central. Como organizar amplas parcelas da classe trabalhadora desempregadas ou com empregos temporários ou ainda ligados à economia informal? Este é um problema que está por ser resolvido. No entanto, apostar nos cursos de qualificação profissional, normalmente de curtíssima duração e qualidade questionável, como forma de “atrair” os trabalhadores para o sindicato, é um risco e expressa uma certa ingenuidade nesta relação do desempregado com a entidade. Não há notícias de uma assembléia desses desempregados que buscasse organizá-los numa real luta

contra o desemprego, como, por exemplo, pela redução da jornada de trabalho. Não existe um movimento que procure articular a luta desses desempregados com o trabalhadores empregados. Luta e organização que pudessem indicar uma outra perspectiva para a solução do desemprego, que já sabemos é fruto das necessidades do capital para solução de sua crise. Talvez por meio de um movimento desse tipo fosse possível criar um vínculo orgânico desses trabalhadores com o seu sindicato e com a CUT, além de fortalecer a perspectiva classista da CUT. Ou seja, a solução apresentada pelo capital para o desemprego não é e nunca será a mesma da classe trabalhadora, se temos a compreensão do antagonismo entre trabalho e capital. Fica colocada a questão: não estariam estas políticas alimentando e reforçando ilusões?

Por fim, não poderia deixar de registrar o perigoso deslocamento das atividades das secretarias de formação da CUT – e por tabela de muitos sindicatos cutistas – da formação de dirigentes e quadros políticos para a classe trabalhadora – numa perspectiva da construção de uma sociedade socialista – para uma atividade prioritariamente de qualificação profissional. Na contra-ofensiva econômica, política e ideológica do neoliberalismo, na derrocada dos países do Leste europeu, depois de três derrotas eleitorais (1989 e 1994 e 1998) do projeto democrático-popular representado na candidatura de Lula, a nova camada de dirigentes sindicais formada principalmente no refluxo dos anos 1990, tem um espaço para sua formação política muito reduzido, num contexto muito mais adverso e complexo do que foram os anos 1980.

Todo cuidado é pouco quando se trata de lidar com as políticas neoliberais. É necessário atentar para verificar em que medida essas políticas retomam o assistencialismo que combatíamos no velho sindicalismo. Temos que cuidar para não sermos nós os aplicadores das políticas compensátorias do governo FHC e seus seguidores.

Finalizamos fazendo uso das palavras de Perry Anderson[14] quando nos propõe não esquecermos três lições deixadas pelo próprio neoliberalismo em seu tempo de ostracismo. Primeira lição: não ter nenhum medo de estar absolutamente contra a corrente política do nosso tempo. Segunda lição: não transigir em idéias, não aceitar nenhuma diluição de princípios. Terceira lição: não aceitar nenhuma instituição estabelecida como imutável.

14 Perry Anderson, "Além do neoliberalismo", *in Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.